

SUBSÍDIOS PARA A QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E ABERTOS, APLICADOS EM PRAÇAS CENTRAIS DE SÃO CARLOS (SP)

Felipe Augusto de Sousa Rodrigues ¹

Sandra Regina Mota Silva ²

Luciana M. Gonçalves ³

RESUMO: As áreas centrais das cidades têm passado por um processo de esvaziamento do uso habitacional trazendo consequências que podem implicar em degradação e perda de vitalidade dos espaços públicos abertos e centrais. A motivação desse trabalho foi investigar as deficiências e o potencial de transformação necessário à recuperação e à intensificação do uso público das praças centrais. Para estabelecer essa correlação analítica foram selecionadas quatro praças, localizadas na cidade de São Carlos (SP), e um conjunto de critérios baseados em diferentes métodos de abordagem, e compilados para essa pesquisa. Os aspectos considerados determinantes para avaliação de cada praça possibilitaram dois níveis analíticos: um específico para cada praça e outro comparativo entre elas. Os resultados produziram um quadro referencial que possibilitou identificar as medidas necessárias à qualificação, com potencial para subsidiar intervenções futuras em espaços públicos e abertos de áreas centrais.

Palavras-chave: Áreas urbanas centrais; São Carlos (SP); Critérios de qualificação de espaços públicos; Degradação dos centros urbanos.

ABSTRACT: The central areas of the cities have undergone a process of emptying of the housing use bringing consequences that can imply degradation and loss of vitality of the open and central public spaces. The motivation of this work was to investigate the deficiencies and the transformational potential necessary for the recovery and the intensification of the public use of the central squares. To establish this analytical correlation, four squares were selected, located in the city of São Carlos (SP), and a set of criteria based on different approaches, compiled for this research. The aspects considered determinant for each square evaluation allowed two analytical levels: one specific for each square and another comparative between them. The results produced a reference framework that made it possible to identify the measures necessary for qualification, with the potential to subsidize future interventions in public and open areas of central areas.

Keywords: Central urban areas; São Carlos (SP); Criteria for qualification of public spaces; Degradation of urban centers.

INTRODUÇÃO

As áreas públicas centrais têm despertado o interesse, tanto da pesquisa acadêmica, que aborda seus processos de esvaziamento e degradação, como das gestões, diante dos desafios de manutenção. Há uma gama de razões que têm sido discutidas para explicar

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil da Escola Politécnica da USP e graduado em Engenharia Civil pela UFSCar – sousafelipee@hotmail.com

² Doutora em Engenharia Urbana, Prof^a Dr^a do Curso de Engenharia Civil da UFSCar – sandra.mota@ufscar.br

³ Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Prof^a Dr^a do PPGEU - Programa de Pós Graduação em Engenharia Urbana da UFSCar – lucianamg@ufscar.br

essa subutilização, como o crescimento da violência urbana, o estado de abandono desses locais, a mudança de hábitos da população e a oferta de atividades de lazer confinadas aos espaços privados ou semiprivados.

Contudo, apesar dos diferentes motivos que fizeram as praças centrais reduzirem sua importância como pontos de encontro da vida urbana, ainda têm potencial para promover a inclusão social, a qualidade de vida e a valorização de espaços que concentram o patrimônio histórico, artístico e arquitetônico das cidades. São áreas providas de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos capazes de induzir políticas públicas que beneficiem a cidade como um todo (ABCP, 2013; ANDRADE e BAPTISTA, 2015; OLIVEIRA, 1997).

Na literatura, diferentes autores têm se debruçado na investigação dos espaços públicos abertos, seja pelo viés crítico do planejamento funcionalista excludente, seja na concepção de métodos de avaliação para subsidiar diagnósticos e intervenções. Pela abordagem crítica, desde os anos 1960, Jacobs (2009) defende que a ampliação da segurança urbana está associada à vitalidade proveniente da diversidade de usos e da mescla de atividades que promovam a permeabilidade das fachadas junto às calçadas abertas ao compartilhamento, aos encontros e às vivências sociais.

Na mesma época, Kevin Lynch (1960) destaca a importância dos métodos para reconhecimento da realidade para buscar caminhos de atuação para melhoria da qualidade de vida urbana, sem perda de referenciais socialmente construídos ao longo do tempo. Mais recentemente, Gehl (2013) promove a discussão de parâmetros para resgatar a cidade à escala das pessoas, considerando que as cidades tenham perdido espaços públicos ao priorizar o deslocamento automotivo de longas distâncias, com grave perda para o referencial humano.

No Brasil, a mercantilização do solo urbano tem reforçado modelos de ocupação que se espalham de maneira difusa pelas bordas periféricas. Além da população de renda mais baixa, os condomínios residenciais com controle de acesso, destinados às faixas de rendas mais altas da população, também têm se implantado nas periferias. Outro fator importante, relacionado ao incremento populacional das periferias, diz respeito à redução do uso habitacional nas áreas centrais. Embora haja dinamismo diurno, o esvaziamento ocorre nos horários não comerciais, com implicações nas condições de atratividade desses espaços (SILVA et al., 2015).

Esse trabalho se insere como um recorte na abordagem mais ampla dos processos de recuperação e requalificação das áreas centrais urbanas. Para esse estudo foram selecionadas quatro praças públicas localizadas na área central da cidade de São Carlos (SP). Seu objetivo principal foi elaborar uma análise do potencial de qualificação dessas praças a partir de um conjunto de critérios. No processo investigativo foram analisados diferentes métodos de caracterização, de classificação e de planejamento de espaços públicos abertos, que subsidiaram a constituição de um método próprio, específico para esse contexto. A partir da etapa analítica foi possível identificar conflitos, limitações e as potencialidades na utilização dessas praças.

CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Nessa investigação procurou-se identificar na literatura especializada, métodos que dessem suporte à proposição de um conjunto de critérios aplicáveis aos objetos de estudo selecionados, resultando três trabalhos distintos. No primeiro deles, Jan Gehl desenvolve uma teoria que visa o bem-estar das pessoas nas cidades, priorizando a escala humana, por meio da adoção de critérios que contemplam adequações nas áreas públicas abertas, para atrair o uso social com conforto e segurança.

O segundo trabalho, da Associação Brasileira de Cimento Portland, sintetiza parâmetros básicos para subsidiar intervenções, por meio de manual intitulado “Espaços Públicos: Diagnóstico e Metodologia de Projeto”, configurando um documento guia para qualificar tais espaços. O terceiro, foi desenvolvido no âmbito do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT) que concebeu o *Guía de Diseño del Espacio Público Seguro, Incluyente y Sustentable*, que estabelece critérios para avaliar e promover a qualificação desses espaços (ABCP, 2013; GEHL, 2013; ONU-HABITAT, 2007).

Os critérios estabelecidos por esses autores foram sistematizados no Quadro 1, favorecendo a análise comparativa necessária à concepção de um conjunto próprio de critérios a serem aplicados no contexto desse trabalho.

Quadro 1 - Síntese dos três métodos de avaliação considerados

Autoria do método de avaliação	Categorias e Subcategorias
Jan Gehl	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proteção contra o tráfego e acidentes; contra o crime e a violência; contra experiências sensoriais desconfortáveis; ▪ Oportunidades para caminhar; para permanecer em pé; para sentar-se; para ver; para ouvir e conversar; para brincar e praticar atividade física; para aproveitar os aspectos positivos do clima; ▪ Escala humana; ▪ Experiências sensoriais positivas.
ABCP	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Condições de circulação para pedestres e modais não motorizados ▪ Acessibilidade ▪ Arborização ▪ Segurança ▪ Conforto ▪ Áreas para estar e permanecer ▪ Atividades realizadas ▪ Apelo visual
ONU/HABITAT	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acessibilidade ▪ Controle visual ▪ Conectividade ▪ Identidade ▪ Iluminação ▪ Limpeza e manutenção ▪ Sinalização ▪ Variedade de usos e atividades ▪ Vegetação

Fonte: Autores (2017)

Nesse conjunto de critérios há aspectos recorrentes e outros mais específicos de cada proposição. As três propostas abordam a questão da segurança e a redução do risco em relação ao trânsito, a roubos e às intempéries. Da mesma maneira, dão importância ao conforto, a qualidade da paisagem e as boas sensações de fruição dos espaços. Embora a proposta de Gehl não empregue literalmente o termo acessibilidade, mencionada nas

demais propostas, a oportunidade de usufruir do espaço com conforto e considerações de cunho protecionista aos pedestres apresentam correlações com a acessibilidade.

CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DOS OBJETOS DE ESTUDO

Com base nessas três fontes distintas, formulou-se um conjunto de critérios apropriados ao contexto desse trabalho. Os aspectos que melhor se aplicaram às praças de São Carlos estão condicionados por seus atributos físicos, os tipos de usos desempenhados em cada praça, o uso do solo na área envoltória, as oportunidades de acessibilidade e o provimento de mobiliário, considerando as condições de manutenção dos elementos e componentes avaliados. O uso do solo da área envoltória foi considerado um aspecto relevante, sendo denominado "condições do entorno", em razão das características dos espaços. Como praças públicas, apresentam um padrão recorrente nas cidades médias brasileiras, espaços ajardinados cercados por vias e conjuntos edificados confrontantes. Desse modo, a formulação se baseou em quatro categorias básicas que, por sua vez, se desdobraram em dez subcategorias, conforme ilustrado no Quadro 2.

Quadro 2 - Definição de critérios para análise dos objetos de estudo

Categorias	Subcategorias
1. Condições do entorno	1.1. Escala
	1.2. Uso do solo
2. Condições de acessibilidade e segurança do pedestre	2.1. Proteção contra o crime e a violência
	2.2. Proteção contra o tráfego e acidentes
	2.3. Condições de acessibilidade
3. Condições de conforto ambiental	3.1. Proteção contra experiências sensoriais desconfortáveis
	3.2. Experiências bioclimáticas e sensoriais positivas
4. Condições do espaço e mobiliário	4.1. Oportunidades para estar, permanecer e interagir
	4.2. Oportunidades para brincar e praticar atividades físicas
	4.3. Condições do mobiliário

Fonte: Autores (2017)

A partir da análise de cada subcategoria em cada uma das quatro praças, obteve-se um resultado que se enquadrou em uma das três possibilidades de atendimento:

- **Positiva:** aspectos atendidos de forma satisfatória - indicado na cor verde no Quadro 3;
- **Negativa:** aspectos atendidos de forma insatisfatória - indicado na cor vermelha no Quadro 3;
- **Parcial:** concomitância de aspectos positivos e negativos - indicado na cor amarela no Quadro 3.

Com base na proposição de categorias e subcategorias de análise e na delimitação de três níveis de avaliação do atendimento de cada uma delas, obteve-se uma estrutura analítica aplicável nos espaços selecionados. Tais procedimentos foram subsidiados pelo estudo das peculiaridades de cada espaço, considerando seus respectivos contextos de implantação na área urbana de São Carlos.

CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETOS DE ESTUDO

Localizada a 230 km da capital paulista, São Carlos possui uma população de 241.389 habitantes, distribuídos em uma área total de 1.136,907km². Assim como outras cidades médias brasileiras, apresenta problemas decorrentes das formas de ocupação e expansão urbana, com espraiamento horizontal, prioridade ao transporte individual, segregação socioespacial e vazios urbanos. Nas últimas décadas observa-se maior crescimento populacional nos bairros periféricos e um esvaziamento do uso habitacional nas áreas mais centrais, conforme Figura 1 (DOZENA, 2001; IBGE, 2015; SILVA et al, 2015).

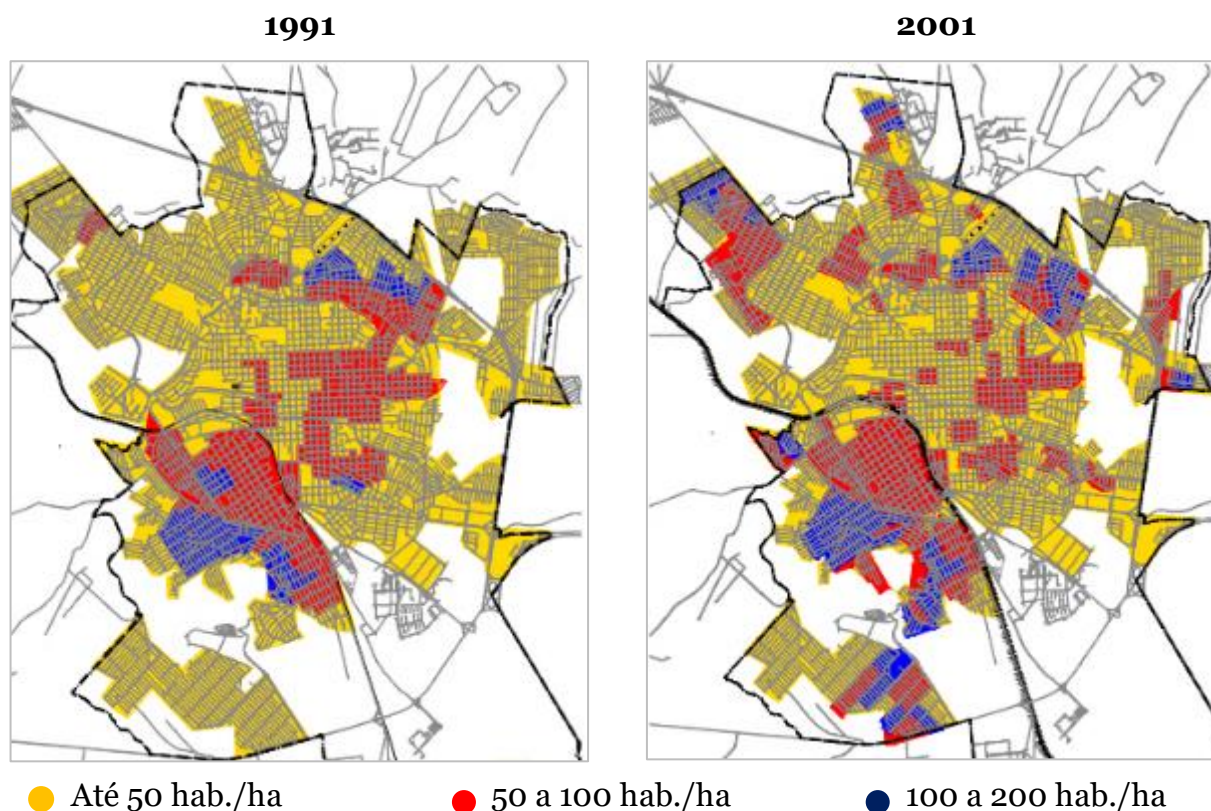


Figura 1 – Comparativo de densidades demográficas (1991-2001)

Fonte: SMHDU, 2003 (Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano)

A Figura 1 retrata uma evidente variação da densidade populacional no interior da área urbana no período de 1991 e 2001, tendência que se manteve até o presente. A redução do uso habitacional nas áreas centrais foi compensada pelo aumento do uso comercial, prestação de serviços e o uso institucional que, embora dinamizem o centro nos dias de semana em período diurno, não geram atividade e movimento fora do período comercial e nos finais de semana (KONDOR, 2001; PANHOCA, 1998).

As praças selecionadas nessa pesquisa estão contidas na Poligonal de Interesse Histórico, prevista no artigo 79 da Lei nº 18.053, de 19 de dezembro de 2016, que estabeleceu o Plano Diretor do Município de São Carlos, descrita como "Área de Interesse Histórico". Tal condição atesta a importância dessas praças como espaços integrantes de conjunto urbanístico a se preservar como patrimônio histórico capaz de manter a identidade e a memória coletiva (SÃO CARLOS, 2016). O mapa da Figura 2 identifica a Poligonal de Interesse Histórico e a localização das quatro praças: Praça Coronel Salles (1);

Praça Coronel Paulino Carlos (2); Praça Maria Aparecida Resitano (3) e Praça Elias Salles (4).

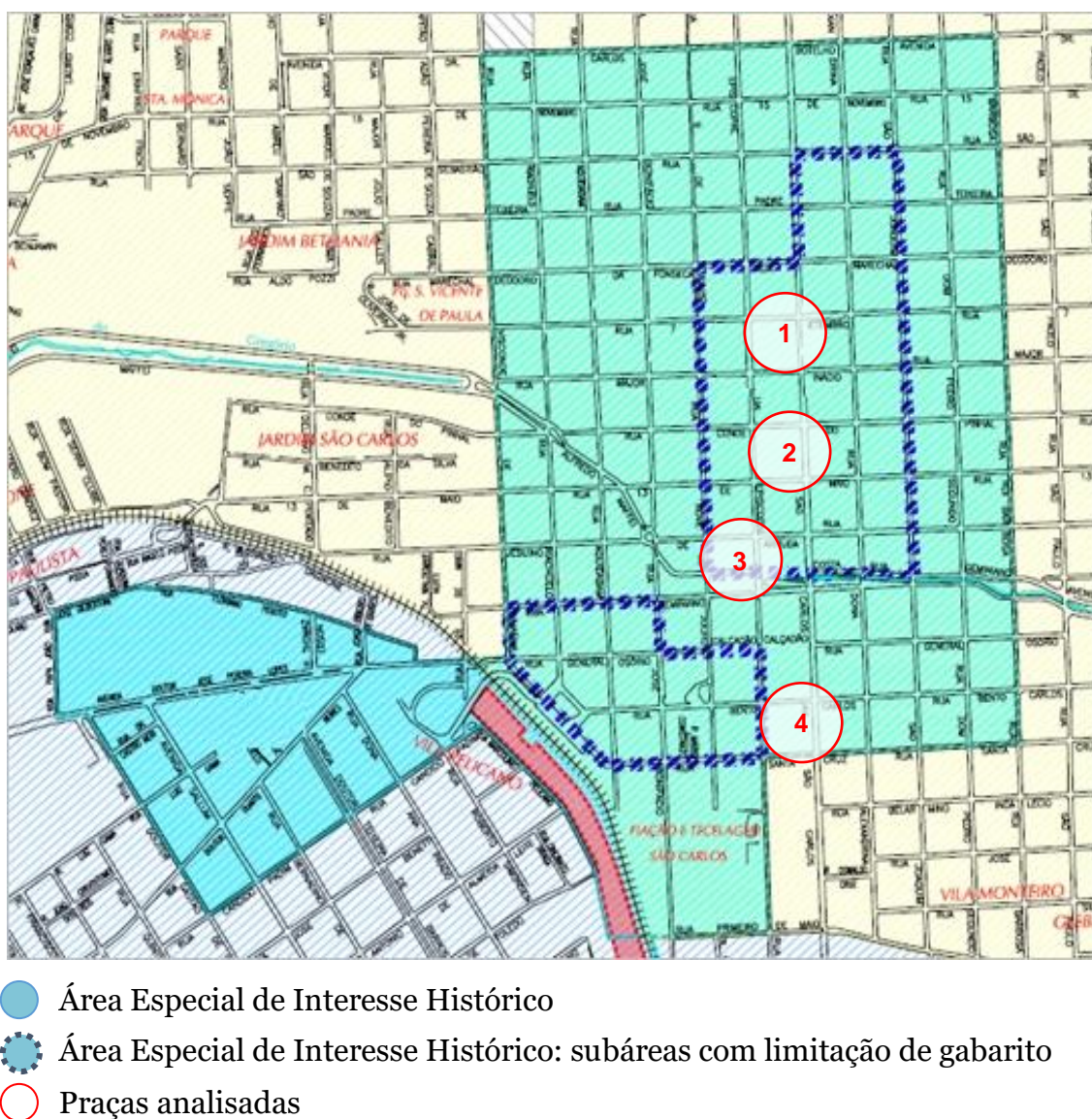


Figura 2 - Poligonal de Interesse Histórico na região central de São Carlos (SP)

Fonte: Adaptado do Anexo nº 06 – Plano Diretor do Município de São Carlos, 2016.

Praça Coronel Salles (Praça 1)

Está localizada no quadrilátero formado pela Avenida São Carlos e pelas ruas Major José Inácio, Sete de Setembro e Dona Alexandrina. Na sua criação, início do século XX, continha prédios públicos como o Fórum, a Cadeia e a Câmara Municipal. A praça passou por diversas transformações e, atualmente, abriga o edifício da Câmara Municipal de São

Carlos, a Escola Estadual Paulino Carlos e o Museu da Ciência e Tecnologia Prof. Mário (SÃO CARLOS, 2012).

Praça Coronel Paulino Carlos (Praça 2)

Inaugurada no início do desenvolvimento da cidade, foi um importante ponto de lazer para a sociedade local, interna ao quadrilátero formado pela Avenida São Carlos e as ruas Treze de Maio, Dona Alexandrina e Conde do Pinhal. Possui intensa arborização, alamedas sinuosas e duas fontes de água. Está disposta frontalmente à Catedral e ao Palacete do Pinhal que, emblematicamente, representavam o poder religioso, político e econômico da cidade (SÃO CARLOS, 2012).

Praça Maria Aparecida Resitano (Praça 3)

Contígua ao Mercado Municipal e delimitada pelas ruas Episcopal, Geminiano Costa e pela Avenida São Carlos, é também conhecida como Praça do Mercado. A dinâmica de seu uso está atrelada ao próprio Mercado Municipal e às atividades decorrentes da concentração comercial. Caracteriza-se pelo amplo pátio frontal ao Mercado, que favorece os encontros sociais e a realização de feiras populares e espaços para shows e atividades públicas (SÃO CARLOS, 2012).

Praça Elias Salles (Praça 4)

É um espaço público ajardinado com alamedas internas e pergolado central, localizado no quadrilátero formado pelas ruas Santa Cruz, Bento Carlos, Dona Alexandrina e Avenida São Carlos, em região de intensa atividade comercial. Inaugurada no começo do século XX, possui uma fileira de palmeiras imperiais ao longo da Avenida São Carlos. Por sua proximidade com a estação ferroviária, sempre foi local de destaque na cidade (SÃO CARLOS, 2012).

AS PRAÇAS SEGUNDO CRITÉRIOS ESTABELECIDOS

A metodologia de análise proposta permitiu uma avaliação das características das quatro praças, segundo as condições de atendimento dos aspectos admitidos nas subcategorias relacionadas no Quadro 2, podendo obter avaliação positiva, negativa ou de

atendimento parcial. Esse procedimento de avaliação possibilitou identificar fragilidades e potenciais para a qualificação desses espaços, como subsídios para o desenvolvimento de projetos.

Condições do entorno

Em relação à **Escala** (1.1), Gehl (2013) observa que o contato entre o edifício e a cidade é prejudicado a partir do quinto andar, reduzindo a clareza da percepção e dificultando a ocorrência de uma vigilância natural. Embora as praças estejam localizadas na área central, não existe verticalização expressiva no entorno de nenhuma delas, portanto, nesse quesito, todas tiveram uma avaliação positiva.

O **Uso do solo** (1.2) considera que um ambiente público cheio de atividades atrai pessoas e, por consequência, promove segurança. Mas o dinamismo das atividades requer uma diversidade de funções que induzam a sobreposição de funções diurnas e noturnas. Para viabilizar essa avaliação fez-se um levantamento do uso do solo nas fachadas confrontantes a todas as praças, conforme ilustrado na Figura 3.



Figura 3 - Mapa do uso do solo do entorno imediato aos objetos estudados

Fonte: Autores (2017)

Dentre as praças analisadas, a única a receber avaliação positiva neste quesito foi a Praça 1, por possui em seu entorno unidades comerciais e de serviços variadas, como banco, farmácia, papelaria, agência lotérica, restaurantes e bares, e dois grandes equipamentos públicos: a Escola Estadual Paulino Carlos e a Câmara Municipal. A Praça 2 recebeu neste quesito, avaliação parcial, por não apresentar tipologia de uso mais diversificada. Em três de suas quatro faces, encontram-se equipamentos públicos, majoritariamente de uso institucional, sem dinamismo fora de horário comercial. Dentre eles, apenas equipamentos culturais como biblioteca e museus têm potencial para gerar atividades em diferentes períodos, mas dependem de política pública nesse sentido. Na face oeste, a praça é confrontante com a Catedral de São Carlos que, eventualmente, é utilizada para atividades noturnas. Na Praça 3 predomina o uso comercial, de dinâmica

diurna, porém, eventualmente comporta feiras, atividades musicais e shows em outros horários, recebendo uma avaliação parcial. A Praça 4 recebeu avaliação negativa, pois em sua área envoltória há apenas uso comercial diurno. Nessas duas praças não há uso habitacional e nem ocorrência de cafés, bares e restaurantes que contribuam na promoção de vitalidade urbana noturna.

Condições de Acessibilidade e de Segurança ao Pedestre

A **Proteção contra o crime e a violência** (2.1) depende de boas condições de iluminação, de mecanismos de segurança pública e da permeabilidade das fachadas confrontantes. A Praça 1 tem as melhores condições de vitalidade pelas características de uso dos edifícios confrontantes e daqueles que abriga em seu interior. A Praça 3 tem boas condições de visibilidade e iluminação, quesito prejudicado na Praça 2 pela densidade de sua vegetação. Contudo, a Praça 4 é a que menos atende as condições de segurança dos usuários, pelo isolamento decorrente de suas características de implantação e do uso do solo das imediações. Sendo assim, as Praças 1, 2 e 3 tiveram uma avaliação parcial e a Praça 4, negativa.

A **Proteção contra o tráfego e acidentes** (2.2), refere-se aos elementos de proteção e sinalização a veículos, pedestres e ciclistas. Em todas as praças as condições de proteção ao pedestre são prejudicadas pela construção de estacionamentos ao longo de testadas das praças e pela precariedade de calçadas estreitas e em mau estado de conservação. Não há ciclovias e nem faixas compartilhadas para bicicletas nas imediações das praças. Na escala do pedestre, a sinalização é restrita às faixas de travessia de pedestres e rampas nas esquinas. A sinalização para os veículos apresenta demarcação de áreas de estacionamento, semáforos nas esquinas, placas de orientação toponímica e de trânsito e faixas exclusivas para o transporte coletivo ao longo da Avenida São Carlos. No conjunto, todas as praças tiveram uma avaliação parcial, pela prevalência da prioridade aos modos motorizados.

A análise da **Acessibilidade** (2.3) das praças, segundo a NBR 9050/2015, resulta em poucos elementos favoráveis, restritos às rampas de acesso nas esquinas, porém, nem sempre executadas de forma apropriada. As praças possuem pisos táteis sem continuidade, comprometendo seu uso pleno. Comparativamente, as Praças 2 e 4 apresentam mais obstáculos para as caminhadas em função da qualidade na manutenção de seus

pavimentos e à declividade das vias de circulação. Em relação ao acesso ao transporte coletivo, todas as praças têm pontos de ônibus de fácil acesso e pontos de táxi nas proximidades, em contrapartida à falta de estrutura para a circulação segura de bicicletas. Sendo assim, todas as praças tiveram uma avaliação parcial.

Condições de Conforto Ambiental

A **Proteção contra experiências sensoriais desconfortáveis** (3.1) envolve a proteção contra barulho, chuva, vento, poluição e poeira. Como todas as praças estão inseridas em área central com grande movimento de veículos e de concentração de linhas de ônibus, a presença de vegetação contribui para aliviar os efeitos indesejáveis. Apenas a Praça 2 possui uma vegetação densa capaz de reduzir tais experiências desconfortáveis. Por outro lado, a Praça 3, que é completamente desprovida de vegetação, encontra-se em condição mais vulnerável. Com relação à proteção contra chuva, todas elas dependem de abrigo em edifícios vizinhos ou em abrigos de ônibus das imediações. Desse modo, apenas a Praça 2 obteve uma pontuação positiva, a Praça 3 foi considerada em situação negativa e as demais, parcial.

As **Experiências bioclimáticas e sensoriais positivas** (3.2) envolvem a presença de água e vegetação, as oportunidades de sombra, brisa, calor e frescor e o emprego de materiais construtivos de boa qualidade. As Praças 2 e 4 possuem um uso mais efetivo desses elementos, oferecendo boas condições de sombra e brisa, com ocasionais pontos de insolação. Adicionalmente, a Praça 2 possui um chafariz e espelho d'água em sua área central, ampliando a sensação de frescor do ambiente. Na Praça 1, apenas a área do pergolado é vegetada. Contudo, a Praça 3, devido à sua localização e ausência de vegetação não responde bem a tais exigências. Em termos de qualidade dos materiais, os pavimentos das Praças 1, 2 e 4 são de mosaico português que facilitam a manutenção, mas não oferecem condições de regularidade para todos os tipos de usuários. A Praça 3 apresenta pavimento com melhores condições de regularidade e superfície plana. Os bancos, apesar de materiais duráveis, não oferecem condições de conforto para permanência. Assim, todas as praças receberam uma avaliação parcial.

Condições de Espaço e Mobiliário

As **Oportunidades de estar, permanecer e interagir** (4.1) estão associadas com a promoção de atividades, a percepção da cidade e da paisagem, a ausência de obstáculos visuais e a disposição do mobiliário. Nesse caso, as Praças 1 e 3 tiveram uma avaliação mais positiva, em função de sua própria conformação e proximidade com atividades de mais movimento. Ambas são amplamente abertas e possuem visão do exterior e interior, estando inseridas em regiões de grande movimento e circulação de pessoas. Nesse caso, o que atrai a permanência das pessoas está mais associada às atividades das imediações do que pelo conforto oferecido pelo mobiliário. Tanto a Praça 1 como a Praça 3 possuem alguns bancos e muretas usadas como assentos, mesmo que de forma improvisada. A Praça 2 não possibilita visão ampla, pelo traçado voltado para seu interior, porém, em certos trechos, possui contato visual com as fachadas confrontantes. O mobiliário possui disposição mais favorável para conversas, com bancos próximos ou em linhas contínuas, alguns dispostos circularmente, favorecendo a interação entre os usuários. Dessa maneira, as Praças 1, 2 e 3 foram avaliadas positivamente. A Praça 4 foi avaliada parcialmente, pois além do menor fluxo de pessoas, as fachadas confrontantes não despertam interesse.

As **Oportunidades para brincar e praticar atividades físicas** (4.2) dependem da disponibilidade de equipamentos que estimulem essas práticas e estão cada vez mais presentes em projetos de áreas de recreação recentes. Como são espaços públicos configurados em outros contextos, as praças não possuem tais elementos. Apenas tentativas incipientes para a promoção de jogos, como o desenho de tabuleiros em bancos e no piso das Praças 1 e 2, não despertando muito interesse dos usuários. Desse modo, todas as praças receberam avaliação negativa.

Por fim, no quesito **Mobiliário básico** (4.3), a pesquisa observou que, de maneira geral, as quatro praças possuem bancos, lixeiras e postes de iluminação. A manutenção está satisfatória, com exceção à Praça 4 que tem bancos e postes quebrados, sem condições de uso. As lixeiras estão mal distribuídas, concentrando-se nas áreas de contorno das praças, ao longo das faixas de calçadas perimetrais. No interior das praças há falta desse tipo de mobiliário o que facilita o descarte de resíduos de forma incorreta. As Praças 1, 2 e 3 receberam uma avaliação de atendimento parcial e a Praça 4, uma avaliação negativa.

No Quadro 3 estão sintetizadas as avaliações realizadas nas quatro praças – indicadas por seus respectivos números –, a partir dos critérios estabelecidos nas dez subcategorias adotadas.

Quadro 3 - Avaliação das praças segundo as subcategorias admitidas

Subcategorias			
1.1 - Escala			
P1	P2	P3	P4
1.2 - Uso do solo			
P1	P2	P3	P4
2.1 - Proteção contra o crime e a violência			
P1	P2	P3	P4
2.2 - Proteção contra o tráfego e acidentes			
P1	P2	P3	P4
2.3 - Acessibilidade			
P1	P2	P3	P4
3.1 - Proteção contra experiências sensoriais desagradáveis			
P1	P2	P3	P4
3.2 - Experiências bioclimáticas e sensoriais positivas			
P1	P2	P3	P4
4.1 - Oportunidades para estar, permanecer e interagir			
P1	P2	P3	P4
4.2 - Oportunidades para brincar e praticar atividades físicas			
P1	P2	P3	P4
4.3 - Mobiliário básico			
P1	P2	P3	P4

Fonte: Autores (2017)

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A avaliação das quatro praças, segundo as dez subcategorias estabelecidas, permitiu observar alguns aspectos que podem orientar intervenções futuras. O Quadro 3 permite observar em quais quesitos cada praça apresenta maiores problemas a serem superados, assim como, permite identificar os aspectos mais bem resolvidos em cada uma delas. A sistematização da Tabela 1 permite uma avaliação geral do desempenho de cada uma delas.

Tabela 1 - Sistematização Geral das Avaliações

Praças	Positiva	%	Negativa	%	Parcial	%	Total
Coronel Salles (1)	3	30	1	10	6	60	100%
Coronel Paulino Botelho (2)	3	30	1	10	6	60	100%
M. Aparecida Resitano (3)	2	20	2	20	6	60	100%
Elias Salles (4)	1	10	4	40	5	50	100%

Fonte: Autores (2017)

As Praças 1 e 2 apresentaram as melhores avaliações, com resultados semelhantes na sistematização dos percentuais de atendimento, embora em subcategorias distintas, recebendo 3 avaliações positivas (30%).

A Praça 3 encontra-se em uma posição intermediária com 2 subcategorias (20%) em condições satisfatórias.

A Praça 4 apresentou o pior resultado, com 4 avaliações negativas (40%), quase a metade dos itens avaliados. Nesse caso trata-se da praça que merece mais atenção para sua adequação ao conjunto de aspectos considerados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As praças apresentaram diferentes aspectos de deficiências admissíveis em intervenções que atendam a população que habita ou circula pela área central de São Carlos. Dentre o conjunto de fatores que levaram à redução de seus usos, algumas causas de origens distintas, podem ser identificadas. Sob uma ótica geral, a redução do uso habitacional nas áreas centrais, tem sido observada em cidades de diferentes portes. Embora seja um fator externo às condições locais, depende de medidas de indução da política urbana para atrair, repovoar e diversificar essas áreas, produzindo dois níveis de transformação. O primeiro, pela promoção do uso do solo misto que impulse a vitalidade dos espaços públicos em diferentes períodos. O segundo, pela adoção de medidas que favoreçam a diversidade social, contribuindo na concretização de um princípio constitucional basal, o da função social da cidade.

Sob uma ótica de origem mais específica, observa-se que os espaços públicos mais atraentes dispõem de atributos, geralmente associados às atividades de recreação, esporte e lazer, ausentes nessas praças. Uma característica comum às quatro praças analisadas é a

função de passagem, pois estão localizadas em fluxos de circulação, motivados pelo comércio ou pela presença de equipamentos públicos e serviços das imediações.

Portanto, além das decorrências de novos comportamentos, há falta de acessibilidade; de manutenção e de atrativos nos seus elementos e componentes. Dessa maneira, algumas diretrizes para a melhoria desses espaços consistiriam em promover maior interlocução com as imediações, facilitando a ocorrência de atividades que gerassem permanência; prática de atividades físicas e culturais; melhoria da segurança do pedestre nos acessos e passeios; integração de ciclistas aos espaços, construindo ciclovias ou ciclofaixas; aprimoramento da qualidade dos materiais, de maneira a garantir mais conforto; e proteção contra experiências sensoriais ruins, explorando mais o uso da vegetação e da água. Embora sejam resultados a serem aprofundados em futuras investigações, já configuram uma ferramenta de análise e de diagnóstico preliminar, necessários à elaboração de programas e futuros projetos de intervenção.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. T.; BAPTISTA, V. L.; **Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos**. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 29, p. 129-146, 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/oWM2jF>>. Acesso em: abr. 2016.

ABCP - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND. **Espaços públicos: diagnóstico e metodologia de projeto**. São Paulo, 2013. 91 p. Disponível em: <<http://goo.gl/daltjQ>>. Acesso em abr. 2016.

DOZENA, A. **São Carlos e seu “desenvolvimento”: contradições urbanas de um polo tecnológico**. 2001. 160 f. Tese (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://goo.gl/aeNoFo>>. Acesso em: abr. 2016.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. São Paulo, Perspectiva, 2013.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações Estatísticas sobre o Município de São Carlos, SP**. 2015. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/3DW>>. Acesso em: abr. 2016.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. 499 p.

KONDOR, A. C. **O processo de estruturação do espaço urbano e a qualidade dos espaços públicos livres: o caso São Carlos**. 2001. 165 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2001.

LYNCH, K. **The image of the city**. 70. ed. Cambridge, MA: MIT Press, 1960.

OLIVEIRA, T. A. **Desenvolvimento e aplicação metodológica de um modelo de revitalização de áreas centrais de cidades de porte médio**. 1997. 225 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1997.

ONU-HABITAT. **Guía de Diseño del Espacio Público Seguro, Incluyente y Sustentable**. 2007. Disponível em: <www.onuhabitat.org>. Acesso em: out. 2016.

PANHÓCA, M. E. R. **O espaço público como ordenador da estrutura urbana: o centro de São Carlos**. 1998. 148 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1998.

SÃO CARLOS (MUNICÍPIO). **Praças de São Carlos**. FPMSC - Fundação Pró-Memória de São Carlos. São Carlos, 2012.

SÃO CARLOS (MUNICÍPIO). **Lei Municipal nº 18.053, 19 de dezembro de 2016**. Estabelece o Plano Diretor do Município de São Carlos e dá outras providências, 2016.

SILVA, S. R. M.; SIQUEIRA, B. V.; BREDA, T. V.; SILVA, R. S. **Mutações nas dinâmicas socioespaciais das periferias urbanas: reflexos na diversidade urbana e na composição social**. In: UR Cadernos FA/UL/Reinventar a cidade em tempos de mudança. n. 8, junho de 2015. Sintra, Portugal, p. 16 - 23.